

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Senhores Acionistas e Administradores: Submetemos à apreciação de V. Sas, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, correspondente ao semestre findo em 30 de junho de 2018. A Portocred S.A., Crédito, Financiamento e Investimento é uma Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, especializada em soluções de crédito para o segmento de varejo de pessoas físicas. A Instituição mantém esforços contínuos na consolidação e aprimoramento das suas estruturas de administração, adequando permanentemente suas ações às políticas eleitas como prioritárias para o desenvolvimento do negócio. Em especial, é cada vez maior o investimento realizado na estruturação da gestão de risco, agregando componentes de inteligência e tecnológicos com o claro propósito de proporcionar condições de alcance dos objetivos estratégicos da Instituição. A administração da Instituição entende que apesar do momento econômico que inspira cuidados adicionais na condução do negócio, ainda assim há espaço para explorar oportunidades por meio de acordos operacionais com diversos parceiros comerciais e essa foi efetivamente a estratégia colocada em prática. A Instituição demonstra nível satisfatório de eficiência na execução de sua estratégia, confirmando de forma muito expressiva a melhoria recorrente de seus resultados operacionais. Mantendo firme propósito de realização do planejamento estratégico, baseado na identificação de oportunidades, novamente obtivemos expansão na geração de carteira de negócios, ao término do primeiro semestre de 2018, na ordem de 18% (25% em 2017) em relação ao exercício de 2017. Com política e controle efetivo de custos, a Instituição vem buscando a cada período de apuração melhores índices de eficiência. A Instituição também se beneficiou dos resultados consolidados de uma política de crédito e cobrança mais assertiva, a qual permitiu o controle de sua inadimplência, mesmo com o crescimento de suas carteiras. É importante salientar também que a Instituição fortalece cada vez mais sua política de controle de riscos de mercado e de liquidez, utilizando estratégias que mantêm em forma adequada o equilíbrio das composições de ativos e passivos da mesma, no que tange aos prazos e taxas operacionais praticados, bem como em relação a não exposição à volatilidade de taxas de mercado. Mantém política que determina os volumes mínimos de liquidez estratégica obrigatórios, com premissas baseadas em relação percentual entre nível de liquidez mínima e o passivo da Instituição. A liquidez estratégica está alocada em títulos da Dívida Soberana e aplicações diárias no mercado interbancário. Adicionalmente, atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/02, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento". A Portocred vem cada vez mais investindo no desenvolvimento de boas práticas de Governança Corporativa, fortalecendo a excelência da gestão, objetivando tornar o ambiente institucional e organizacional mais transparente, responsável, com pilares de atuação sólidos e acima de tudo, com princípios de justiça consolidados. O Índice de Basileia encerrou o semestre com 16,5% (13,2% em 2017), com alcance do objetivo previsto de geração de margem positiva em seus limites operacionais, mantendo-os adequados ao máximo aproveitamento das oportunidades classificadas como rentáveis e permitindo alavancagem controlada na geração de ativos. Os resultados positivos permitiram à Instituição uma elevação constante do patrimônio líquido, na ordem de 34% (42% em 2017) sobre o exercício de 2017. O retorno sobre o patrimônio para o período foi de 12% (15% em 2017). A Portocred agradece aos acionistas, clientes, colaboradores e demais parceiros pelo empenho, confiança, dedicação e apoio na condução dos negócios e permanece ao dispor para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017 – (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante		304.762	257.497
Disponibilidades	4	3.337	1.439
Aplicações interfinanceiras de liquidez 5		52.204	37.571
Aplicações no mercado aberto		27.690	21.800
Aplicações em depósitos interfinanceiros		24.514	15.771
Títulos e valores mobiliários	6	20.830	26.180
Operações de crédito	7	218.033	181.495
Sector privado		270.011	225.582
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(51.978)	(44.087)
Outros créditos		9.644	9.628
Rendas a receber		455	728
Diversos	8	9.189	8.900
Outros valores e bens		714	1.184
Despesas antecipadas	9	714	1.184
Não Circulante		64.383	53.230
Realizável a longo prazo		53.523	48.558
Operações de crédito	7	46.190	41.651
Sector privado		48.599	44.057
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.409)	(2.406)
Outros créditos		7.261	6.620
Diversos	8	7.261	6.620
Outros valores e bens		72	287
Despesas antecipadas	9	72	287
Permanente		10.860	4.672
Investimentos		26	26
Imobilizado de uso	10	5.446	2.842
Intangível	11	5.388	1.804
Total do Ativo		369.145	310.727

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 – (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital social	Aumento de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2017		22.247		17.689		39.936
Aumento de capital	16	-	6.000	-	-	6.000
Lucro líquido do semestre		-	-	-	6.483	6.483
Saldos em 30 de Junho de 2017		22.247	6.000	17.689	6.483	52.419
Saldos em 01 de Janeiro de 2018		28.247		32.193		60.440
Aumento de capital	16	1.720	1.095	-	-	2.815
Lucro líquido do semestre		-	-	-	8.801	8.801
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(1.662)	(1.662)
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	(91)	(91)
Destinação de dividendos		-	-	-	(33)	(33)
Saldos em 30 de Junho de 2018		29.967	1.095	32.069	7.139	70.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e semestre findo em 30 de junho de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Portocred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), com sede na Rua dos Andradas, 1.001, conjunto 1.401, Centro, Porto Alegre - RS, tem como foco o segmento de mercado de crédito a pessoas físicas, com ênfase em crédito pessoal. Seu portfólio de produtos de crédito inclui o empréstimo pessoal (EP), crédito consignado público e privado e financiamento de veículos (motocicletas). A Instituição utiliza recursos próprios e de terceiros, captados por meio da emissão de títulos pré e pós-fixados, especialmente Letras de Câmbio - LC, Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGes e Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo BACEN (CPC 00 (R1), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1) 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27 e 33 (R1)). Em 20 de agosto de 2018, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las a partir dessa data.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram: a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos. b) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional e depósitos de conta-corrente em instituição financeira com resgate imediato e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros. d) Títulos e valores mobiliários: Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários detidos pela Instituição foram avaliados e classificados como "títulos mantidos até o vencimento", considerando que a administração possui a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Desta forma, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. e) Operações de crédito: A classificação do risco das operações de crédito e a constituição da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99. As baixas de operações de crédito contra prejuízo são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no "rating" "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. f) Despesas antecipadas: São representadas pela remuneração paga pela origem de correspondentes sobre operações de crédito (comissões), além de aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência. No caso das comissões aos correspondentes, relativas às operações realizadas até dezembro de 2014, a Instituição optou pela atenuação de parte do valor dessas despesas, de acordo com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/14. Estes valores estão sendo apropriados como despesa "pro rata" ao longo do prazo do contrato de operação de crédito a que se refere. A partir de janeiro de 2015, a remuneração mencionada está sendo reconhecida integralmente como despesa. No caso de liquidação antecipada da operação com recursos próprios do devedor ou com recursos transferidos por outra instituição, será cessado o pagamento da referida remuneração. g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes). Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações mo-

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2018	2017
Receitas de Intermediação Financeira		118.914	104.858
Operações de crédito		117.443	101.679
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.471	3.179
Despesa da Intermediação Financeira		(47.135)	(44.784)
Operações de captação no mercado		(13.553)	(15.777)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa..7.e		(33.474)	(29.007)
Resultado de venda de ativo financeiro		(108)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		71.779	60.074
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(67.678)	(50.144)
Receitas de prestação de serviços		3.078	1.767
Rendas de Tarifas Bancárias		6.353	4.922
Despesas de pessoal	18	(19.161)	(17.315)
Despesas administrativas	19	(38.397)	(32.657)
Despesas tributárias		(5.194)	(4.561)
Outras receitas e despesas operacionais	20	(4.357)	(2.300)
Resultado Operacional		14.101	9.930
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro..		14.101	9.930
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	(3.104)	(2.523)
Provisão para imposto de renda		(2.117)	(2.388)
Provisão para contribuição social		(1.685)	(1.903)
Ativo fiscal diferido		698	1.768
Participações no Lucro		(2.196)	(924)
Lucro Líquido do Semestre		8.801	6.483
Quantidade de Ações no Fim do Semestre	16	7.824	6.145.293.217
Lucro por Ação - R\$		1.124.872.218	0.001055

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Disponibilidades:		
Caixa e saldos em bancos	3.337	1.439
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	43.470	-
Total	46.807	1.439

(i) Inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

O saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez considerado como caixa e equivalente de caixa está apresentado também na Nota 5.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações no mercado aberto:		
Revendas a liquidar - posição bancada:		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	18.711	21.800
Notas do Tesouro Nacional - NTN	8.979	-
Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI	24.514	15.771
Total	52.204	37.571

Os saldos referentes a caixa e equivalente de caixa são apresentados abaixo com os respectivos prazos máximos de vencimento:

	2018	Vencimento
Letras do Tesouro Nacional - LTN	18.711	02/07/2018
Notas do Tesouro Nacional - NTN	8.979	02/07/2018
Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI	15.790	06/07/2018
Total	43.470	-

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018	2017
Carteira própria:		
Títulos mantidos até o vencimento:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.403	19.830
Outros - Títulos de Capitalização	241	266
Cotas de Fundo de Investimento	186	-
Vinculados ao BC - TPF	-	6.084
Total	20.830	26.180

O valor do custo de aquisição atualizado pelos rendimentos auferidos no período é igual ao valor de mercado para toda a carteira de títulos e valores mobiliários. Para os Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas, o valor de mercado é apurado com base nos preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. As Letras Financeiras do Tesouro - LFT possuem vencimento em 1º de março de 2019. Os Títulos de Capitalização possuem vencimento máximo em 10 de fevereiro de 2019 e as Cotas de Fundo de Investimento apresentam liquidez diária. Por esse motivo todas essas aplicações estão classificadas no ativo circulante. Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/02, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2018	2017
a) Diversificação da carteira por produto		
Empréstimos	302.484	251.493
Financiamentos	16.126	18.146
Total	318.610	269.639

	2018	2017
Circulante	270.011	225.582
Não circulante	48.599	44.057

b) Diversificação da carteira por prazo de vencimentos

	2018	2017
Vencidos	51.073	41.031
A vencer em até 3 meses	95.284	81.471
A vencer de 3 a 12 meses	123.654	103.080
A vencer de 1 ano a 3 anos	45.568	40.553
A vencer de 3 a 5 anos	2.718	3.250
A vencer após 5 anos	313	254
Total	318.610	269.639

c) Diversificação da carteira por atividade

	2018	2017
Serviços	612	1.114
Pessoas Físicas	317.998	268.525
Total	318.610	269.639

d) Diversificação da carteira por nível de risco

	Parcelas vencidas	Parcelas a vencer	Saldo da carteira	Provisão	%
A	2	215.828	215.830	(1.079)	0,5%
B	1.568	9.448	11.016	(110)	1%
C	2.687	11.370	14.057	(422)	3%
D	4.078	8.154	12.232	(1.223)	10%
E	4.382	5.719	10.101	(3.031)	30%
F	5.047	4.409	9.456	(4.728)	50%
G	4.201	2.879	7.080	(4.956)	70%
H	29.107	9.731	38.838	(38.838)	100%
Total	51.072	267.538	318.610	(54.387)	-

	Parcelas vencidas	Parcelas a vencer	Saldo da carteira	Provisão	%
A	3	182.679	182.682	(913)	0,5%
B	1.175	8.008	9.183	(92)	1%
C	1.845	10.065	11.910	(357)	3%
D	2.895	6.485	9.380	(938)	10%
E	3.273	4.895	8.168	(2.450)	30%
F	4.057	4.271	8.328	(4.164)	50%
G	4.249	3.782	8.031	(5.622)	70%
H	23.534	8.423	31.957	(31.957)	100%
Total	41.031	228.608	269.639	(46.493)	-

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2018	2017
Saldo inicial das provisões	49.260	37.567
Constituições líquidas de reversões	33.474	29.007
Baixas de créditos contra prejuízo	(28.347)	(20.081)
Total	54.387	46.493

Recuperação de créditos baixados como prejuízo

	2018	2017
Operações de crédito renegociadas no período	7.865	5.518
	36.069	28.254

f) Créditos transferidos por cessões: A Instituição efetuou neste primeiro semestre de 2018 a cessão de créditos com transferência substancial dos riscos e benefícios. Pela cessão de tais títulos foram recebidos R\$ 4.447, cujos saldos contábeis totalizavam R\$ 4.488 naquela data. No primeiro semestre de 2017 não foram realizadas cessões de crédito.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2018	2017
Lucro Líquido do Semestre		8.801	6.483
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.f	33.474	29.007
Resultado da Venda de Ativo Financeiro	7.e	(108)	-
Imposto de Renda, Contribuição Social e Ativo Fiscal Diferido	17.e	3.104	2.523
Despesas (Reversões) com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	20	1.551	1.746
Despesas (Reversões) para Outros Créditos	-	-	(225)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – Para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e semestre findo em 30 de junho de 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. DÍVIDAS SUBORDINADAS ELEGÍVEIS A CAPITAL	
A dívida subordinada elegível a capital está assim distribuída em função de seu vencimento, considerada pelo seu valor presente e contemplando todos os aspectos regulamentares previstos no núcleo de subordinação:	
	2018 2017
Dívida Subordinada - Pré-Fixada	5.473 13.061
Dívida Subordinada - Pós-Fixada	13.926 -
Total	19.399 13.061
Até 3 meses	-
4 a 12 meses	-
13 a 36 meses	-
36 a 60 meses	6.113
61 a 120 meses	13.286
Total	19.399 13.061
Circulante	-
Não circulante	19.399
Prazo Médio (dias) - Pré	1.828 2.560
Prazo Médio (dias) - Pós	2.351
Taxa Pré ao ano (intervalo)	13% - 15% 17,25% - 22%
Taxa Pós (% CDI) (intervalo)	150% - 155%

Operações realizadas em 2017 e 2018, nas modalidades pré e pós-fixada, contemplando todos os aspectos regulamentares previstos no núcleo de subordinação.

Movimentação de provisão

	2018		2017	
	Tributária	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	25	9.032	1.385	10.442
Provisão / Reversão	(25)	1.515	1.891	3.381
Pagamento	-	(560)	(2.260)	(2.820)
Saldo final	-	9.987	1.016	11.003

Perdas possíveis: Em 30 de junho de 2018, a Instituição possui o montante de R\$ 18.610, não provisionados, referente às ações classificadas como perdas possíveis. Deste valor, R\$ 8.847 referem-se a causas cíveis e R\$ 9.763 a causas trabalhistas, não apresentando valor para causas tributárias. Para as contingências cíveis, a Instituição é parte em ação civil pública movida pela Defensoria Pública do Estado do Pará, contra 51 instituições financeiras, referente à formalização de contrato de empréstimo consignado para idosos, analfabetos e semianalfabetos naquele Estado. Em 30 de junho de 2018 o valor da discussão por danos morais coletivos é de R\$ 2.000 para cada instituição financeira citada no processo.

Perdas prováveis: Em 30 de junho de 2018, a Instituição possui provisionado o montante de R\$ 11.003 (R\$ 11.359 em 2017) referente às ações classificadas como perdas prováveis.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: Em 30 de junho de 2018 o capital social é de R\$29.967, totalmente integralizado, representado por 7.704 ações ordinárias com direito a voto, sem valor nominal. Em 05 de abril de 2018 foi aprovado pelo Banco Central o aumento de capital conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 27 de novembro de 2017, no montante de R\$ 1.720. A Instituição possui uma proposta de aumento de capital já integralizado oriundo de pagamento de juros ao capital, no valor de R\$ 1.095 e 120 novas ações, aguardando aprovação pelo Banco Central, perfazendo um capital total de R\$ 31.062, representado por 7.824 ações ordinárias com direito a voto, para a data de 30 de junho de 2018. Em 30 de junho de 2017 o capital social era de R\$ 22.247, totalmente integralizado, representado por 6.145.293.217 ações, sem valor nominal, distribuídas entre 6.142.269.620 ações ordinárias e 3.023.597 ações preferenciais nominativas. A Instituição possuía uma proposta de aumento de capital já integralizado no valor de R\$ 6.000 com a emissão de 600.000.000 novas ações ordinárias nominativas exclusivamente pela acionista GAPK HOLDING LTDA., em moeda corrente nacional. O aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 08 de agosto de 2017, perfazendo um capital total de R\$ 28.247 para a data de 30 de junho de 2017. As quantidades de ações da Instituição foram significativamente reduzidas no comparativo entre os exercícios. Em 26 de outubro de 2017 ocorreu agrupamento das ações em razão de sua excessividade, de modo que cada grupo de 900.000 (novecentas mil) ações, foi substituída por 01 (uma) ação nova, conforme proposto pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 09 de outubro de 2017. Não havendo um número mínimo para agrupamento em uma nova ação, foi aprovada a extinção das ações da espécie preferencial nominativa. Os valores de dividendos a pagar e das ações não convertidas em uma nova ação, no total de R\$ 33, foram reembolsados ou na impossibilidade, colocadas à disposição dos acionistas. A referida decisão foi homologada pelo Banco Central em 20/03/18 (Processo 1701633339) e registrada na Junta Comercial do Estado de Porto Alegre em 06/04/2018 sob o nº 4652641.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

	2018	2017
Provisão para riscos trabalhistas (a)	9.987	9.431
Provisão para riscos cíveis (b)	1.016	1.216
Provisão para riscos fiscais (c)	-	712
Provisão outras contingências	103	77
Provisão para despesas de pessoal	4.688	3.917
Comissão de correspondentes	2.132	1.055
Fornecedores a pagar	5.095	2.971
Repasse de seguros	1.514	1.275
Credores diversos	1.320	1.147
Total	25.855	21.801
Circulante	25.855	10.442
Não circulante	-	11.359

Provisão para riscos: (a) De natureza trabalhista - a Instituição é polo passivo em processos judiciais de natureza trabalhista, tanto na condição de reclamada como na condição de solidária ou subsidiária, em litisconsórcio passivo. A Administração constitui provisão, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos externos. (b) De natureza cível - referem-se a ações indenizatórias promovidas por clientes. A Administração constitui provisão, considerando as tendências de julgamento das ações para os valores em discussão, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos externos. (c) De natureza tributária - a Instituição foi parte em processos referentes à CPMF dos anos 1998 a 2004, sendo à época autuada e os débitos quitados por meio do Programa de Recuperação Fiscal - RFPIS da Copa, de acordo com a Lei nº 12.996/14. Em junho/2018 a Receita Federal emitiu os atos complementares de consolidação e baixa dos débitos, dando-se o processo encerrado em definitivo.

2018		2017		
Tributária	Trabalhistas	Cíveis	Total	
Saldo inicial	25	9.032	1.385	10.442
Provisão / Reversão	(25)	1.515	1.891	3.381
Pagamento	-	(560)	(2.260)	(2.820)
Saldo final	-	9.987	1.016	11.003

Juros sobre o capital próprio: Conforme previsto nos artigos 78 e 79 da Lei nº 9.430/96, foram distribuídos juros sobre o capital próprio aos acionistas, relativos ao exercício de 2017 totalizando R\$ 1.662, a título de remuneração do capital próprio, conforme Ata de Reunião do Conselho Administrativo realizada em 26 de junho de 2018. A ata se encontra pendente de aprovação pelo BACEN.

2018		2017		
Tributária	Trabalhistas	Cíveis	Total	
Reserva Legal	2.259	1.307	29.810	16.382
Reservas Especiais de Lucro	29.810	16.382	32.069	17.689
Total	32.069	17.689	-	-

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação

	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações no lucro	11.905	9.006
Imposto de renda à alíquota de 15%	(1.786)	(1.351)
Imposto de renda à alíquota de 10%, sobre adicional	(1.179)	(889)
Contribuição social à alíquota de 20%	(2.381)	(1.801)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(5.346)	(4.041)
Diferenças temporárias sem constituição de crédito tributário (f)	208	(384)
Efeito da mudança alíquota CSLL sobre crédito tributário (de 20% para 15%) (a)	(66)	-
Remuneração dos administradores não dedutível	(32)	(30)
Outras adições permanentes (brindes, doações, etc.)	(221)	(125)
Juros sobre o capital próprio	748	-
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	1.635	1.844
Outras adições (exclusões) líquidas	(30)	213
Total	(3.104)	(2.523)

b) Créditos Tributários: (a) Estimativa para o impacto mensal de redução para o crédito tributário pela alteração de alíquota a partir de 31 de dezembro de 2018. (b) A Instituição reconheceu, em 30 de junho de 2018, os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias com base no estudo técnico elaborado pela Administração e aprovado pela Diretoria e pelo Conselho Administrativo. Com base nas avaliações foram reconhecidos os créditos oriundos da diferença temporária de provisão para créditos de liquidação duvidosa. (c) Os créditos tributários foram apurados com base nas alíquotas vigentes em 30 de junho de 2018, conforme nota explicativa "3.m". De forma complementar, foi apurada e apropriada a estimativa para o impacto mensal de redução do crédito tributário pela alteração de alíquota da contribuição social a partir de 31 de dezembro de 2018. (d) O valor presente total dos créditos tributários constituídos é de R\$ 10.106, calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa Selic

atual, de 6,5%, projetada para os períodos correspondentes. Os créditos tributários foram registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados. A Administração espera realizar o saldo do crédito tributário conforme segue:

	2018	2017
2017	-	2.242
2018	2.781	4.175
2019	8.020	3.570
Total	10.801	9.987

Circulante

	2018	2017
Circulante	6.825	6.417
Não circulante	3.976	3.570

Em atendimento ao requerido pelas Resoluções do CMN nº 3.355/06 e nº 3.059/02, e Circular Bacen nº 3.171/02, eventual reversão, bem como a manutenção dos créditos tributários estão sendo avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. (e) No semestre findo, os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

	2018	2017
Saldo no início do semestre	10.103	8.219
Varição do crédito tributário no período	698	1.768
Total	10.801	9.987

(f) Os demais créditos existentes são oriundos de prejuízo fiscal e outras diferenças temporárias, tais como "provisões para riscos e provisões para empregados". Estes créditos montam a R\$ 10.722 em 30 de junho de 2018, sendo R\$ 5.345 de prejuízo fiscal e R\$ 5.377 de outras diferenças temporárias. A Administração não efetuou o registro mas mantém estudos internos com o objetivo de avaliar a possibilidade de reconhecimento nos próximos períodos.

18. DESPESAS DE PESSOAL

	2018	2017
Salários e Honorários	(12.053)	(10.849)
Encargos Sociais	(3.980)	(3.937)
Benefícios e Treinamentos	(3.128)	(2.529)
Total	(19.161)	(17.315)

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesas de Água e Energia	(204)	(165)
Despesas de Aluguéis	(744)	(670)
Despesas de Comunicações	(2.085)	(1.768)
Despesas de Depreciação e Amortização	(1.147)	(743)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(453)	(352)
Despesas de Processamento de Dados	(3.218)	(1.760)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(412)	(212)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(969)	(979)
Despesas de Serviços de Terceiros	(20.675)	(18.219)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(164)	(140)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.361)	(1.219)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(2.440)	(2.361)
Despesas de Transporte	(225)	(161)
Despesas de Viagem	(1.143)	(684)
Outras Despesas Administrativas	(3.157)	(3.224)
Total	(38.397)	(32.657)

20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Receita com Recuperação de Encargos e Despesas	13	10
Reversão de Provisões Operacionais	766	248
Outras Rendas Operacionais	85	209
Despesas de Provisões Operacionais	-	16
Despesas de Provisões Passivas	(3.405)	(1.746)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(1.094)	(900)
Outras Despesas Operacionais	(588)	(137)
Total	(4.223)	(2.300)

21. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BACEN nº 3.750/09, e ao pronunciamento técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médios usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e em condições de comutatividade.

	2018	2017
a) Saldos mantidos com partes relacionadas		
Recursos de aceites cambiais	-	5.685
Dívidas subordinadas elegíveis	-	9.456
Dividendos a pagar	1.780	102
Juros sobre o capital próprio a pagar	14	1
Total	1.794	15.244

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: Os benefícios de curto prazo a administradores da Instituição são apresentados a seguir:

	2018	2017
Remuneração	2.807	1.101
Contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	531	390
Total	3.338	1.491

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS: Em 30 de junho de 2018 e de 2017 não haviam operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

23. LIMITE OPERACIONAL (ACORDO DA BASILEIA): Conforme Resolução CMN nº 4.193/13 e regulamentações complementares, a Instituição está obrigada a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderados por fatores que variam de 0% a 100%, considerando um índice mínimo de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco de: I - 11,75%, de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017; II - 12,375%, de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018; e III - 13%, a partir de 1º de janeiro de 2019. Para o Nível I: I - 6%, a partir de 1º de janeiro de 2015. O índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido podem ser assim demonstradas:

	2018	2017
Patrimônio de referência nível I	64.881	50.615
Capital Principal	64.881	50.615
Patrimônio líquido	70.270	52.419
Ajustes Prudenciais - Res. 4.192/13 CMN	(5.389)	(1.804)
Patrimônio de referência nível II	18.176	2.612
Dívida subordinada	18.176	2.612
Patrimônio de referência - PR (nível I + nível II) (a)	83.057	53.227
Ativo ponderado pelo risco - RWA	239.782	204.627
Parcela RBAN	1.231	1.882
Risco operacional	261.529	195.398
Total para alocação de capital (b)	502.542	401.907
Índice de solvabilidade (a / b)	16,53%	13,24%
Capital nível I	12,91%	12,60%
Capital nível II	3,62%	0,65%

24. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura de gerenciamento de risco é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações. Ela abrange os riscos de mercado, de liquidez, operacional e de crédito. Para fazer frente aos eventos de risco, essa estrutura é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Instituição. O monitoramento é realizado por meio de relatórios periódicos apresentados para a Diretoria, Presidência e principais gestores com comentários de desempenho e demonstrativos de exposição em relação aos limites estabelecidos institucionalmente.

Risco operacional: Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 a estrutura de gerenciamento do risco operacional gere e mitiga os riscos e garante aderência às diretrizes internas e à regulamentação vigente. Os assuntos relacionados ao risco operacional são reportados periodicamente em comitê com a participação da Alta Administração e relatórios específicos aos gestores das áreas.

Risco de mercado: A Instituição mantém estrutura específica para gerenciamento dos riscos de mercado e de suas operações conforme previsto na Resolução CMN nº 4.557/17. O controle de risco de mercado é realizado pela aplicação dos procedimentos instituídos em políticas corporativas.

Risco de crédito: A estrutura de gerenciamento do risco de crédito da Instituição é efetuada com base na segmentação de clientes e carteiras, buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites. Dessa forma, garante um alto grau de eficiência às políticas em vigor. Para atingir o objetivo de total isenção e segregação de funções, o controle de risco de crédito é realizado de maneira independente das funções que originam e aprovam as exposições. Informações complementares às demonstrações financeiras encontram-se disponíveis no site "https://www.portocred.com.br/informacoes-importantes" no ícone Gestão de Riscos.

Instrumentos financeiros: A Instituição mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando à liquidez, segurança e rentabilidade dos seus ativos. Dessa forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e dos saldos dos seus instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e as taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

DIRETORIA

Leonardo Jantsch – Contador – CRC RS 072109/0-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Portocred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Portocred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Portocred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.